

Demonstrações Financeiras

Águas de Condessa S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

Águas de Condessa S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Águas de Condessa S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Condessa S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F.



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-RJ090174/O

Águas de Condessa S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.399	64
Contas a receber de clientes	7	4.287	3.238
Estoques		93	119
Despesas antecipadas		28	57
Créditos com partes relacionadas	17	64	11
Tributos a recuperar		50	9
Adiantamentos a funcionários		7	1
		8.928	3.499
Não circulante			
Depósitos judiciais		327	143
Ativo de direito de uso	8	-	4
Imobilizado	9	503	304
Ativo de contrato	10	10.972	4.628
Intangível	11	10.312	10.311
		22.114	15.390
Total do ativo		31.042	18.889

Águas de Condessa S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	12	357	322
Empréstimos e financiamentos	13	12.681	13.234
Passivos de arrendamento	13	-	4
Obrigações tributárias	14	155	123
Obrigações trabalhistas		502	357
Ônus da concessão		27	12
Débitos com partes relacionadas	17	115	92
Outras obrigações		232	78
		14.069	14.222
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	13.249	-
Provisões para contingências	16	338	-
Contratos de mútuo	17	-	948
		13.587	948
Patrimônio líquido	18		
Capital social		5.010	5.010
Prejuízos acumulados		(1.624)	(1.291)
		3.386	3.719
Total passivo e patrimônio líquido		31.042	18.889

Águas de Condessa S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	19	23.513	16.782
Custo dos serviços prestados	20	(14.924)	(10.624)
Lucro bruto		8.589	6.158
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(6.605)	(5.917)
Outras receitas operacionais		88	53
		(6.517)	(5.864)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.072	294
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	638	154
Despesas financeiras	22	(3.043)	(1.041)
		(2.405)	(887)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição		(333)	(593)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15a	-	(79)
Prejuízo do exercício		(333)	(672)

Águas de Condessa S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	<u>(333)</u>	<u>(593)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(333)</u>	<u>(593)</u>

Águas de Condessa S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 1º de janeiro de 2021	10	(619)	(609)
Aumento de capital	5.000	-	5.000
Prejuízo do exercício	-	(672)	(672)
Saldos 31 de dezembro de 2021	5.010	(1.291)	3.719
Prejuízo do exercício	-	(333)	(333)
Saldos 31 de dezembro de 2022	5.010	(1.624)	3.386

Águas de Condessa S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes dos tributos sobre o lucro	(333)	(593)
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	429	95
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	2.611	655
Juros e IOF sobre mútuo	206	239
Atualização monetária das contingências	11	-
Perdas de crédito das contas a receber	614	956
Provisão para contingências	327	-
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(1.662)	(4.160)
Estoques	26	(88)
Depósitos judiciais	(184)	(143)
Tributos a recuperar	(31)	(9)
Despesas antecipadas	29	(57)
Outros créditos	(6)	6
Fornecedores	35	237
Obrigações tributárias	(6)	92
Obrigações trabalhistas	145	354
Ônus da concessão	15	395
Partes relacionadas, líquidas	(30)	76
Outras obrigações	154	78
	2.350	(1.867)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8)	(96)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.779)	(456)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	563	(2.419)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(273)	(243)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(6.700)	(5.157)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(6.973)	(5.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	11.863	13.000
Captações de mútuos	3.010	5.225
Pagamento dos arrendamentos	(4)	(6)
Pagamento de mútuos	(4.124)	(10.337)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	10.745	7.882
Adição líquida no caixa e equivalentes de caixa	4.335	63
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	64	1

Águas de Condessa S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

4.399

64

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas da Condessa S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Praça Garcia nº 58, sala 213, Centro, Município de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre o Município de Paraíba do Sul (Concedente) e a Águas da Condessa S.A. (Concessionária), vencedora do Processo Licitatório nº 001/2020 que deu origem ao contrato de nº 070/2020, de 09 de junho de 2020, com vigência de 35 anos, a partir da data da efetiva assunção dos sistemas de tratamento e distribuição de água e de esgotamento sanitário e, por conseguinte, dos serviços deles inerentes, ocorrida em 08 de dezembro de 2020.

Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão.

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, paga ao Poder Concedente, no valor de R\$ 10.000, e também de pagamento de taxa de regulação e fiscalização, correspondente a 1,0% sobre o valor efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês imediatamente anterior, pagos à Secretaria Municipal de Governo, em atendimento ao Decreto Municipal nº 1.802 de 03 de janeiro de 2020.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Paraíba do Sul sem contrapartida financeira.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pandemia de COVID-19

A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe.

A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição.

Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão.

3.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

3.5. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Ônus da concessão

Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 11), pago no início da concessão.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.9. Arrendamentos

A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Concessionária como arrendatária

A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%.

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Benefícios a empregados

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.

Plano de previdência privada de funcionários

Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária.

3.13. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.16. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros de empréstimos e financiamentos, juros de mútuo, juros sobre arrendamentos, atualização monetária das contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à estrutura conceitual.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tomem aplicáveis.

3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de seguro

Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária.

Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis

As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação.

As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) *Vida útil dos ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) *Provisão para perdas de crédito para contas a receber*

A provisão para perdas de crédito para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios:

i) *Contas vencidas há mais de seis meses*

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado.

ii) *Contas vencidas há mais de um ano*

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Perdas gerenciais

São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social.

- Valores até R\$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores até R\$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014.

d) Receita não faturada

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.15 e 7.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	4.361	4.361	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	4.663	4.663	3.695	3.695
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	357	357	322	322
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	25.930	25.930	13.234	13.234
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	27	27	12	12
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	115	115	92	92
Contratos de mútuo		-	-	-	948	948

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

5.2 – Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	4.361	4.951	5.098	5.245
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(25.976)	(29.488)	(30.366)	(31.244)
Passivo líquido		(21.615)	(24.537)	(25.268)	(25.999)
Efeito líquido			(2.922)	(3.653)	(4.384)
CDI (a.a.)			13,52%		

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3 - Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	357	357	-	-
Empréstimos e financiamentos	25.976	12.726	13.250	-
Ônus da concessão	27	27	-	-
Débitos com partes relacionadas	115	115	-	-
	26.475	13.225	13.250	-

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	322	322	-	-
Empréstimos e financiamentos	13.338	13.338	-	-
Passivos de arrendamento	4	4	-	-
Ônus da concessão	12	12	-	-
Débitos com partes relacionadas	92	92	-	-
Contratos de mútuo	948	948	-	-
	14.716	14.716	-	-

5.4 - Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	25.930	13.234
Passivos de arrendamento (Nota 13)	-	4
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.399)	(64)
Dívida líquida (a)	21.531	13.174
Total do patrimônio líquido (b)	3.386	3.719
Total do capital (a+b)	24.917	16.893
Índice de alavancagem financeira - % $[a/(a+b)]$	86,41%	77,98%

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	38	64
Aplicações financeiras	4.361	-
	<u>4.399</u>	<u>64</u>

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados.

As contas a receber estão compostas como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes (a)	3.521	3.234
Clientes - parcelamento (b)	1.084	421
Pontos arrecadadores (c)	58	40
Perdas de créditos das contas a receber	(376)	(457)
	<u>4.287</u>	<u>3.238</u>

- (a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas, além dos valores ainda não faturados (Ajuste por Competência).
- (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.
- (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer		
Faturado	1.205	992
Não faturado	690	585
Vencidas		
Até 30 dias	847	748
De 31 a 60 dias	281	281
De 61 a 90 dias	182	210
De 91 a 180 dias	366	439
Mais de 180 dias	1.092	440
	<u>4.663</u>	<u>3.695</u>

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de direito de uso

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	-	-	-	11	(7)	4

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2021			Amortização	Saldos em 31/12/2022	
	Adições					
Imóveis	4	-	(4)		-	

	Saldos em 31/12/2020			Amortização	Saldos em 31/12/2021	
	Adições					
Imóveis	-	10	(6)		4	

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2022			31/12/2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Máquinas e Equipamentos	20%	3	-	3	-	
Equipamentos de informática	20%	282	(81)	201	170	
Veículos	20%	102	(14)	88	19	
Móveis e utensílios	10%	237	(26)	211	115	
		624	(121)	503	304	

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Máquinas e Equipamentos	-	3	-	3
Equipamentos de informática	170	78	(47)	201
Veículos	19	81	(12)	88
Móveis e utensílios	115	111	(15)	211
	304	273	(74)	503

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos de informática	100	104	(34)	170
Veículos	-	21	(2)	19
Móveis e utensílios	9	118	(12)	115
	109	243	(48)	304

10. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	4.628	6.646	(302)	10.972
	4.628	6.646	(302)	10.972

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	43	4.585	4.628
	43	4.585	4.628

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	29	(8)	21	21
Outorga	2,87%	10.000	(574)	9.426	9.713
Concessão/Infraestrutura		966	(101)	865	577
		10.995	(683)	10.312	10.311

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	665	(101)	564	577
Captação	272	-	272	-
Ligação de água	29	-	29	-
	966	(101)	865	577

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2021		Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	21	6	(6)	-	21	
Outorga	9.713	-	(287)	-	9.426	
Concessão/Infraestrutura	577	48	(62)	302	865	
	10.311	54	(355)	302	10.312	

	Saldos em 31/12/2020		Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	-	23	(2)	21	
Outorga	10.000	-	(287)	9.713	
Concessão/Infraestrutura	67	549	(39)	577	
	10.067	572	(328)	10.311	

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

Tipo Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	295	203
Serviços	44	9
Infraestrutura	12	105
Outros	6	5
	357	322

13. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
Capital de giro (a)	CDI	1,35% e 1,38%	25.976	13.338
(-) Custos de transação			(46)	(104)
Total de Empréstimos e Financiamentos			25.930	13.234
Circulante			12.681	13.234
Não circulante			13.249	-
Passivos de Arrendamento				
Arrendamentos direito de uso		7,5% a.a. a.a.	-	4
Circulante			-	4
Não circulante			-	-
Endividamento total			25.930	13.238
Endividamento total – Circulante			12.681	13.238
Endividamento total - Não circulante			13.249	-

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	13.234	-
Captações	12.000	13.249
Custo de transação	(137)	(249)
Juros e encargos financeiros	2.417	544
Apropriação de custo de transação	195	145
Amortização de juros	(1.779)	(455)
Saldo final	25.930	13.234

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	4	-
Adições	-	10
Juros e encargos financeiros	-	1
Amortização de principal	-	(6)
Amortização de juros	(4)	(1)
Saldo final	-	4

Empréstimos e financiamentos			
31/12/2022			
	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	13.249	-	13.249
	13.249	-	13.249

- (a) Em junho de 2021 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 13.249, tendo a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como devedor solidário. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 11 (onze) meses para amortização do principal, com pagamento de juros semestrais, com vencimento final para junho de 2024.

Em agosto de 2022 a Concessionária captou R\$ 12.000 de capital de giro, com vencimento para fevereiro de 2023. O contrato foi aditado e o vencimento prorrogado para fevereiro de 2024.

14. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	6	10
ISS	12	7
IRRF	24	18
PIS	20	16
COFINS	93	72
	155	123

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da taxa efetiva

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(333)	(593)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	113	202
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	(56)	(2)
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(57)	(207)
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	-	(72)
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	(79)
Alíquota efetiva	-	(13%)

16. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	338	-
	338	-

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	2.290	338
Trabalhistas	54	-
	2.344	338

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo 0006007-76.2021.8.19.0063

O Edital da licitação dos Serviços de Saneamento Básico de Paraíba do Sul previa que a empresa vencedora deveria manter entendimento com a Autarquia SAAETRI, de Três Rios, para aquisição de água, porque o Bairro Barão de Angra encontra-se geograficamente distante do Centro de Paraíba do Sul e próxima ao limite territorial com o Município de Três Rios, sendo a solução histórica adotada a compra de água do SAAETRI para abastecimento do Bairro. Vencida a licitação, a Concessionária Águas da Condessa deu seguimento ao abastecimento realizado para o Bairro Barão de Angra, com o recebimento da rede de abastecimento do Município vizinho e distribuindo a água aos moradores. Porém, verificou-se que o SAAETRI realiza a cobrança em face de Águas da Condessa como se esta fosse um único imóvel residencial, sendo que a água recebida através da ligação abastece aproximadamente 250 imóveis.

A consequência da forma de cobrança praticada pelo SAAETRI é que Águas da Condessa pagaria o valor de R\$ 5,02 (cinco reais e dois centavos) por metro cúbico de água, em razão da progressividade tarifária decorrente do cadastro da ligação como residencial, enquanto que Águas da Condessa recebe, em média R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) por metro cúbico de água de seus consumidores., porque a maioria consome dentro da primeira faixa de consumo da estrutura tarifária, na qual não há a progressividade de tarifa. Portanto, estabelece-se um desequilíbrio na água adquirida à R\$ 5,02/m³ (cinco reais e dois centavos por metro cúbico) para ser vendida à R\$ 3,43/m³ (três reais e quarenta e três centavos por metro cúbico).

Considerando que a destinação da água adquirida do Município vizinho não é para uma unidade residencial, Águas da Condessa requereu, administrativamente, a adequação do valor ao serviço que de fato é realizado, qual seja, aquisição de água por atacado, o terminou por ser negado pelo SAAETRI em razão da alegação de falta de previsão na Estrutura Tarifária deles. Assim, distribuiu-se a presente demanda para que o Judiciário determine o valor do preço da água a ser praticado entre o SAAETRI e Águas da Condessa, sendo requerido pela Concessionária, e deferido, que se praticasse o valor de R\$ 1,70/m³ (um real e setenta centavos por metro cúbico), depositado em juízo mensalmente. Por essa razão, os valores que são depositados mensalmente em juízo referem-se ao pagamento do incontroverso. Atualmente, o processo encontra-se em fase de ajustes dos honorários do perito que atuará no feito.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 4 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Remuneração	3	9
Encargos sociais	1	2
Outros	-	1
	<u>4</u>	<u>12</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	<u>64</u>	<u>11</u>
Passivo circulante:		
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	<u>115</u>	<u>92</u>
Passivo não circulante:		
Contratos de mútuo		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	<u>-</u>	<u>948</u>
Total do passivo	<u>115</u>	<u>1.040</u>
Resultado com partes relacionadas	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	<u>(43)</u>	<u>(30)</u>
Despesas		
Contrato de gestão (<i>Management Fee</i>) (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	<u>(800)</u>	<u>(460)</u>
Total resultado com partes relacionadas	<u>(843)</u>	<u>(490)</u>

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Movimentação do passivo de mútuo com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.:

Saldo em 31/12/2021	Empréstimo	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldo em 31/12/2022
948	3.010	173	32	(4.124)	(39)	-

Saldo em 31/12/2020	Empréstimo	Aporte de Capital (a)	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldo em 31/12/2021
10.853	5.225	(5.000)	135	103	(10.337)	(31)	948

- (a) Refere-se a mútuo a pagar que foi baixado contra aporte de capital social, integralizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. no montante de R\$ 5.010 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.010 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 5.010.000 (cinco milhões e dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas nominativas e sem valor nominal.

19. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	19.490	15.614
Receita de construção	6.747	3.203
Cancelamentos	(130)	(114)
	26.107	18.703
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços	(1.709)	(1.384)
Descontos concedidos	(885)	(537)
Receita líquida	23.513	16.782

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(309)	-
Ônus da concessão	(468)	(395)
Energia elétrica	(2.401)	(2.123)
Custo de construção	(6.747)	(3.203)
Materiais aplicados nos serviços	(1.081)	(1.292)
Salários e benefícios a empregados	(2.281)	(1.726)
Utilização de imóveis e telefonia	-	(4)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(359)	(549)
Serviços de terceiros	(1.173)	(1.211)
Depreciações e amortizações	(64)	(40)
Outros custos	(41)	(81)
	(14.924)	(10.624)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	(2.748)	(1.827)
Utilização de imóveis e telefonia	(53)	(91)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(153)	(156)
Serviços de terceiros	(1.909)	(2.069)
Despesas com contencioso	(14)	(3)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(7)	(25)
Depreciações e amortizações	(76)	(51)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	(614)	(956)
Provisões para contingências	(327)	-
Outras despesas	(704)	(739)
	(6.605)	(5.917)

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receitas (despesas) financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	314	33
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(30)	(7)
Juros e multas vinculadas à operação	354	128
	<u>638</u>	<u>154</u>
Despesas financeiras		
Juros de mútuo	(173)	(135)
Juros com empréstimos e financiamentos	(2.417)	(544)
Juros sobre arrendamentos	-	(1)
Atualização monetária das contingências	(11)	-
Tributos sobre operações financeiras	(34)	(107)
Descontos concedidos	(200)	(92)
Outras despesas financeiras	(208)	(162)
	<u>(3.043)</u>	<u>(1.041)</u>

23. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
D&O - RC Administradores	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	05/12/2022 a 05/12/2023	849

24. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adição de direito de uso	-	(11)
Baixa de mútuo para aporte de capital	-	(5.000)